

## RESENHA

Peter Heather, *The Fall of the Roman Empire: A New History of Rome and the Barbarians*, New York/Oxford, 2005 576p. ISBN 0-333-98914-7.

*Uiran Gebara da Silva*<sup>1</sup>

Alguns debates historiográficos parecem se aproximar do que Kant teria chamado de dialética transcendental. O filósofo de Königsberg reservara este conceito para questões tais como “Deus existe?”, “Qual o tamanho do Universo?”, questões a partir das quais seria impossível a articulação dos pressupostos teóricos e lógicos com os juízos derivados do conhecimento empírico, sendo, assim, detentoras de caráter apenas especulativo. Quando tais questões são discutidas, muitas vezes tem-se a impressão de que a resposta que satisfaz um investigador parece revelar muito mais a respeito dele mesmo (e de sua posição como investigador ou como agente social) do que sobre o objeto de estudo em si. Da mesma forma, o destino do Império Romano (do assim chamado “Ocidente”) é uma das grandes questões da historiografia do Ocidente (agora sim sem aspas) e não faz muito tempo – em termos de revoluções científicas na historiografia – parece ter se tornado uma dessas questões impossíveis de serem respondidas.

O estudo de Peter Heather, *The Fall of the Roman Empire: A New History of Rome and the Barbarians*, se insere e se posiciona muito claramente dentro desse (aparentemente) infinito debate. Ao longo das últimas duas ou três décadas, houve uma mudança de paradigma no que diz respeito ao que se pensava sobre o que teria acontecido com o Império Romano – e, neste caso, o todo do Império Romano acabou sendo cada vez mais levado em consideração. A visão hegemônica anterior – ainda muito presente no senso comum e nos manuais didáticos de história – afirmava a existência de um grande império mediterrâneo dos séculos I a.C. a V d.C. que teria se fragmentado por volta do final desse período. Essa fragmentação era considerada o processo que teria marcado a transição entre duas grandes idades (do Homem, da

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-graduação em História Social da FFLCH-USP sob a orientação do prof. dr. Norberto Luiz Guarinello. Bolsista da Fapesp.

Humanidade, da Europa, ou da Cristandade, depende de qual tipo de universalismo estava baseada a divisão de Idades): a Idade Antiga e a Idade Média. Esta visão foi substituída por uma nova que afirma a continuidade das relações sociais daquela sociedade imperial e a adaptação de sua herança por novos agentes históricos, os povos bárbaros e as igrejas cristãs no território que Henri Pirenne, um pioneiro, chamara de România (Pirenne, 1970). Esta mudança de enfoque implicou também a afirmação de uma nova “Idade”, a Antiguidade Tardia.

Não se pode dizer, no entanto, que essa “nova ortodoxia”, como denominada por Brian Ward-Perkins (2005), foi resultado de mera mudança de perspectiva ou enfoque. Ela foi construída paulatinamente pela ação de pesquisadores ao longo dos últimos quarenta anos, como o próprio Peter Heather reconhece em sua introdução. Estes ampliaram o leque de questões que se fazia sobre o passado, implicando o estudo de novos objetos, permitindo a investigação da memória social presente na literatura, na iconografia, na cultura material, isto é, na história da cultura da Antiguidade Tardia. Tentou-se reconstituir os modos de vida cotidiana, a espiritualidade, a teia de relações sociais não expressas nos monumentos documentais dos locais de poder imperial. O resultado dessa inflexão cultural foi a descoberta da caravana que passava enquanto os cães latiam. O Estado imperial ruindo ou não, interrompendo-se ou não os circuitos comerciais mediterrânicos, tornando-se o cristianismo hegemônico ou não para a espiritualidade da sociedade mediterrânica e, por fim, as migrações dos povos bárbaros saqueando ou não essa sociedade mediterrânica, a vida continuava para as populações espalhadas ao redor daquele mar, e deixava indícios de sua continuidade. Peter Heather não desmerece a contribuição intelectual dessas últimas décadas, muito pelo contrário, incorpora-as em sua visão dos cinco primeiros séculos da era cristã. Sua preocupação, no entanto, é com as implicações que esses inúmeros “ou sim, ou não” tiveram para com o modo de vida que teria continuado ao redor do mar Mediterrâneo.

A obra é composta de três partes. A primeira, *Pax Romana*, está subdividida em três capítulos: “Romans”, “Barbarians” e “Limits of Empire”. O primeiro delineia a ordem romana, isto é, as relações e instituições sociais que constituíam o império dos romanos em termos ideológicos, econômicos, militares e políticos. É uma ótima síntese do que seria a sociedade imperial romana e, também, do processo de sua construção, seja como modo de vida, o que ele chama de romanidade, seja como estrutura de poder que articula o núcleo imperial com os governos de províncias e de cidades. O segundo capítulo apresenta os vizinhos bárbaros, tanto os que orbitavam ao redor do império

com formações sociais nômades e pastoris, ou agricultura menos desenvolvida que a romana, quanto o Império Persa, reconhecido aqui como potência militar cuja história acompanharia e daria sentido à do Império Romano. Tanto os persas quanto os outros bárbaros são entendidos por Heather em termos de sistemas e subsistemas sociais. Apresenta, assim, dois grandes sistemas sociais, o persa e o romano em competição, o que lhe permite ver os grupos bárbaros como subsistemas associados. Assim, a compreensão da crise administrativa romana do século III deve ser associada com a reorganização sassânida do Império Persa. E, por sua vez, o desenvolvimento das confederações bárbaras na região do Danúbio está diretamente ligado às mudanças na forma de vida destes povos, decorrentes da presença da fronteira romana como processo de desenvolvimento social e não por causa de algum talento intrínseco das tribos à guerra e ao saque. Heather não percebe essas organizações políticas como categorias étnicas essencializadas, mas como organismos políticos em construção (esta compreensão deve muito à arqueologia da região do além-Danúbio). Já o terceiro capítulo apresenta uma rica utilização do conceito de limite. Limites aqui não são empregados apenas em seu sentido de delimitação de um território, mais ou menos sinônimo de fronteira territorial, mas também como os pontos máximos de tensão social em seu desenvolvimento interno. Heather descreve aqui o processo de transformação e expansão Estado romano ao longo do século III e como este se deu dentro de certas margens de manobra impostas por sua condição de império mediterrânico agrário. Como o limite à expansão da fronteira agrária até o Reno e o Danúbio, para além dos quais a possibilidade de produção de excedente não justificaria a presença do Império. Ou como o limite associado aos interesses de sua elite – uma heterogênea aristocracia agrária – em reforçar ou enfraquecer esta ou aquela dimensão do poder estatal, de forma que o autor permite ao leitor entender as articulações do poder romano com muito mais consistência do que como uma superficial oposição entre imperador e Senado. A conclusão desta parte, fundamental para a tese de Heather, deriva diretamente desta compreensão do Império a partir de seus limites: este teria sobrevivido à crise do século III e se rearticulado como poder político ao manobrar dentro das possibilidades impostas por sua condição de império mediterrânico, não estando, portanto, em decadência.

É esta visão de continuidade da ordem e da civilização romanas – que o autor incorpora do novo paradigma historiográfico – que lhe permite praticar fundamentalmente uma história militar na segunda parte, “Crisis”. Esta tem quatro

capítulos e é muito mais narrativa do que a primeira. Em “War on the Danube”, é investigado o aparecimento dos hunos nas áreas dominadas pelos povos bárbaros além do Danúbio, e de como a presença deste novo grupo muito superior no manejo do arco teria desarticulado as confederações bárbaras ali existentes. Heather segue então a narrativa da cadeia de eventos tradicional que vai do pedido godo de asilo ao desastre de Adrianópolis, com a ascensão de Teodósio. Em “The City of God” e “Out of Africa”, Heather narra o processo de penetração dos povos bárbaros na Gália, na Hispânia, na Itália e depois na África, e enquanto lida com questões especificamente militares – tais como “qual o tamanho dos exércitos?” – também observa os bárbaros de uma perspectiva que os entende como parte da dinâmica social romana. Assim, a desconfiança da tradicional elite romana para com bárbaros romanizados em posição de poder, como por exemplo, contra Estilício, surge como mais do que uma negação abstrata “do outro”, mas como parte de uma disputa ideológica dentro da aristocracia romana. Tais capítulos lidam com vários dos problemas já bem conhecidos dos que se interessam pelo Império Romano, mas conclusões do autor são do tipo que propõem novas questões: como reagiu a população romana ante a presença de godos, alanos, vândalos, alamanos e burgúndios como forças militares autônomas, *contra* e *a favor* do Estado romano? Como reagem os cristãos? Como reagem os pagãos? Como receberam o saque de Roma em 410 d.C.? Que impacto isto tudo teve sobre a cobrança de impostos e o alistamento militar? O quanto o Império era dependente da produção agrária africana e por que a conquista vândala da região foi um desastre econômico? Em “Atilla the Hun”, esta famigerada figura é retratada como o agente histórico mais proeminente no ápice da formação de um império nômade multiétnico, isto é, do surgimento de uma estrutura política centralizada a partir das várias federações e confederações de povos que viviam no além-Danúbio. A ascensão deste império e sua constituição como uma ameaça é vista pelos olhos romanos seja pela leitura antropológica dos fragmentos de Prisco, seja pelo uso recorrente que Aécio fez dos hunos, familiarizando-os com as práticas militares romanas.

A terceira parte, por fim, “Fall of Empires”, tem três capítulos: “The Fall of the Hunic Empire”, “End of Empire” e “The Fall of Rome”. No primeiro deles, Peter Heather associa a dificuldade da continuidade de uma estrutura de poder como a do Império Huno – sem sistema social de reprodução próprio e gerador de contínua divisão social, em níveis superiores até para os povos germânicos – com a revolução política e ideológica que acontece na Gália, Hispânia e Itália, onde as elites aristocráticas passam,

depois de muita resistência, a aceitar a figura do bárbaro romanizado como representante do poder estatal – processo que Heather descreve como uma *revolução ideológica* a partir da análise crítica dos textos de Sidônio Apolinário. Nos dois últimos capítulos, o autor delinea a incapacidade do Estado romano em se manter no domínio de todo o território anteriormente ocupado. Conforme seguidas crises sucessórias acometiam o manto imperial em Ravena e cada vez mais os exércitos *foederati* de bárbaros eram utilizados, mais os Estados sucessores associados às elites bárbaras passavam a ser vistos como a melhor alternativa política para os grandes proprietários da África, Hispânia, Gália e Itália. Ao mesmo passo, Constantinopla e seu imperador conseguiam se manter no domínio do Mediterrâneo oriental, ainda tendo o Império Persa como potência concorrente.

O autor, desta forma, apresenta uma visão sistêmica do Império Romano e a explicação que propõe para o fim do Estado Romano nas regiões ocidentais do Mediterrâneo permite entender todos esses povos bárbaros como internos à história do Império, pois seria o processo de formação e integração dos Estados subordinados (como as confederações ou o próprio Império Huno) ao Império Romano que teria levado à desarticulação da romanidade tanto nas províncias ocidentais quanto na antiga região central do Império, na Itália. Isto é, a desarticulação daquela ordem romana que Peter Heather apresentara no primeiro capítulo é operada em parte pelas escolhas políticas da elite romana, em parte pela atuação dos povos bárbaros como parte *da* história romana. Dessa maneira, me parece surpreendente que o conceito que tenha escolhido para sintetizar esse processo seja o de *exogenous shock* (choque exógeno), já que nem os povos germânicos ou iranianos que habitavam o além-Danúbio e o Reno e nem mesmo os hunos podem ser vistos, a partir da própria análise de Heather, como exógenos. Contudo, esta escolha se deve à necessidade do autor de se opor veementemente à força do argumento gibboniano da *Queda e Decadência* causadas por motivos “internos”, que considerara os bárbaros componentes secundários no processo. Parece que nem mesmo Peter Heather se apercebeu totalmente da riqueza teórica de sua visão sistêmica do Império Romano.

O impacto dessa obra, em um quadro historiográfico de disputa de paradigmas, não ficou isento de mal-entendidos e injustiças. Mesmo o autor tendo sido chamado por James J. O’Donnell de membro de uma contrarreforma historiográfica, seu estudo está muito distante de uma posição dogmática e irreduzível que tal resenha tentava lhe imputar (O’Donnell, 2005). O esforço de incorporar e revisar a historiografia recente

sobre a Antiguidade Tardia produziu uma obra rica em referências bibliográficas, uma espécie de roteiro crítico da “nova ortodoxia”, que maneja de maneira hábil a documentação literária primária. Isto é, Heather não faz uso da documentação escrita como fonte direta de informação factual, como é muito comum em historiadores defensores do paradigma da *Queda e Decadência*, mas busca compreender a lógica própria da escrita de diferentes fontes literárias, assim como as mediações ideológicas pela qual toda produção textual passa. Isto se expressa, por exemplo, na compreensão da documentação legal, como quando apresenta e analisa a ritualística do poder imperial e senatorial que acompanhou a instituição do Código Teodosiano (pp. 128-139), ou quando analisa discursos políticos, como a defesa que Temístio faz da ruptura nas relações com os bárbaros realizada por Teodósio após o desastre de Adrianópolis (pp. 182-189), ou mesmo na leitura do poema *Mosella*, de Ausônio, como defesa da “romanidade” (*romanitas*) de Trier (pp. 32-45). Assim, a obra de Heather é volumosa, mas acessível, já que o autor optou por uma linguagem mais coloquial e pelo uso recorrente de comparações e analogias entre os processos sociais da história romana e os da história moderna ou contemporânea. Temístio é, por exemplo, seguidas vezes chamado de *spin doctor* (o que se pode traduzir do inglês para o português como “manipulador de opinião”).

Mas, em termos de impacto, este livro foi a público um par de anos antes da eclosão da recente crise econômica, que teve como ponto zero o atual Grande Império (seja ele objetificado no Estado-nação estadunidense, seja ele pensado como o sistema econômico capitalista das corporações, muito maior do que um território ou Estado-nação). Já que o paradigma que afirma a continuidade e a lenta transformação do Império Romano (do assim chamado “Ocidente”) em Europa foi construído ao longo dos anos da ascensão do Neoliberalismo, da constituição da União Europeia, da proposição de uma Nova Ordem Mundial e tendo como ruído de fundo algumas análises cripto-filosóficas que propunham o “fim da História”, a obra de Heather parecia ir contra o senso comum dos tempos recentes, embora o saque de Roma como descrito por ele possa ter tido alguns ecos da queda das duas torres em Nova York. Como esta resenha foi escrita após a eclosão da crise econômica, uma visão de crise do Império Romano (do “Ocidente”) parece estar novamente sendo aceitável para o senso comum da época. Tivesse sido lançado alguns anos mais tarde, este livro poderia muito bem ter se chamado *A Crise do Império Romano*.

Mas não devemos valorizar em demasia esse espírito dos tempos como única força determinante da aceitação de um estudo como este. Assim, em vez de se colocar sob uma armadilha teórica que transformaria em questões impossíveis de serem respondidas quaisquer investigações sobre o passado – e não apenas os “grandes” debates historiográficos, é necessário que o historiador reconheça que entre os defensores do antigo paradigma e a geração de Heather há muitas diferenças, inclusive no plano do conhecimento empírico. Há semelhanças, por exemplo, entre a visão dos hunos de Peter Heather e a de Ferdinand Lot, porém, em oposição às intuições cultas de Lot, há uma montanha de conhecimento antropológico e arqueológico sobre o nomadismo nas estepes da Eurásia sustentando as afirmações de Heather. O débito que o historiador tem para com o senso comum de sua época – opiniões derivadas de sua experiência de vida que lhe parecem tão óbvias que, em vez de serem analisadas, transformam-se em justificativa para seus argumentos – não pode ser descartado, ignorado, nem resistido; ele deve ser integrado de forma crítica ao conhecimento da mesma forma que fez Peter Heather neste estudo.

#### *Bibliografia*

PIRENNE, Henri. *Maomé e Carlos Magno*. Dom Quixote, Lisboa, 1970.

WARD-PERKINS, Brian. *The Fall of Rome: And the End of Civilization*. New York, Oxford University, 2005

O'DONNELL, James J. Review of *The Fall of the Roman Empire: A New History*. *Bryn Mawr Classical Review* 2005.07.69. <http://bmcr.brynmawr.edu/2005/2005-07-69.html>

